CMN - Projeto de Lei Número: 65/18 Tolha: 21#

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

signo o Vereador Fumando

ara emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias.

Em., 2410619

Var. Dinarte Torres Presidente



Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização

Projeto de Lei N° 065/2018 Autor: Vereador Dinarte Torres

Assunto: Estabelece obrigatoriedade das farmácias privadas localizadas no âmbito do Município de Natal em manter em suas dependências ou fora delas, postos de coleta para o devido descarte de medicamentos e dá autros providências

medicamentos e dá outras providências.

PARECER

A destinação correta dos medicamentos vencidos ou sem utilização no Brasil ainda é um desafio. Embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos, publicada em 2010, tenha previsto que os produtos inservíveis sejam devolvidos aos seus produtores originais, isso não acontece da forma devida na realidade. Seja por falta de informação das pessoas ou pela ausência de um sistema definido de logística reversa no País.

O descarte de medicamentos hoje, geralmente é feito no lixo comum ou na rede pública de esgoto, com prejuízos para o meio ambiente. Quando jogados em locais inadequados, os medicamentos contaminam a água e o solo, podendo afetar peixes e também as pessoas que bebem dessa água e ou se alimentam desses animais.

A população deve se mobilizar, cobrar das autoridades de saúde e de meio ambiente que haja pontos de recebimento dos medicamentos inservíveis para que elas parem de fazer o descarte ambiental inadequado no vaso, no lixo, na pia e no ralo porque esses resíduos vão voltar para nós.

Do exposto, somos favoráveis à aprovação do presente Projeto de Lei.

Natal (RN), 05 de agosto de 2019.

Fernando Lucena Vereador/PT CAMARA MUNICIPAL DO NATAL PALÁCIO PADRE MIGUELINHO - COMISSÕES TÉCNICAS

PARECER RECEBIDO EM 18109119 - HORAS 6:25

Some 1

PELA ENTREGA



Iúmero: 25#

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO Designo o(a) vereador(a) artigo157 do Regimento Inte Natal,RN	erno, emitir parecer a	para para á presente proposição Dinarte Torres Presidente	nos termos do artigo 50 e seguintes ão legislativa.	•
PARECER DA COMISS	ÃO DE FINANÇA	S, ORÇAMENTO	, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	2
() EMENDA À L.O.M.	()RESOLUÇÃO ()VETO	()DECRETO D ()PROJETO D ()EMENDA	LEGISLATIVO E LEI COMPLEMENTAR	
N° 65/2018.		() Chefe do E	(a) Dinate Torres executivo	
		Relator: Vereado	or(a) Formando beice unto	2
VOTO DO RELATOR: _	Favoresve	y as you	afecto	
ereador Dinarte Torres	das Comissões, em_	13 de 6 th	de 2019. Vereador Aroldo Alves	
Presidente			Vice-Presidente	
Favorável ao Parecer			() Favorável ao Parecer	
O Contrário ao Parecer			() Contrário ao Parecer	
() Abstenção			() Abstenção	
Vergador Mauricio Gurgel			Vereador Preto Aquino	
Membro			Membro	
(>) Favorável ao Parecer			Favorável ao Parecer	
() Contrário ao Parecer			() Contrário ao Parecer	
() Abstenção	Vereador Fer	rnando Lucena	() Abstenção	
	Me	mbro		
	() Favorável			
	() Contrário			
	() Abstenção	0	V Comment	

CMM - Projeto de Lei Número: 65 18

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIA:

Designo o Vereador

para emitir parecer no prazo regimental de 15 (quinze) dissem, 10 129.

Ver. Fernando Lucen:
Presidente





Projeto de Lei Nº065/18

Autor(a): Ver. Dinarte Torres

DESPACHO

Remetam-se os autos ao gabinete do vereador relator, para emissão do parecer de estilo, no prazo previsto no art. 52, II do Regimento Interno.

Natal, 14 de outubro de 2019.

ANA MARIA LIMA B. FALCÃO
Setor de Assistência às Comissões Técnicas
Mat. 1205/3

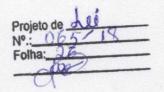


ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

GABINETE DA VEREADORA CARLA DICKSON



PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE

Projeto de Lei 065/2018

Autor: Vereador Dinarte Torres

Ementa: Estabelece a obrigatoriedade das farmácias privadas localizadas no âmbito do Município de Natal em manter em suas dependências ou fora delas, postos de coleta para o devido descarte de medicamentos por parte dos munícipes e dá outras providências.

Trata-se de Projeto de Lei de tramitação ordinária, nos termos do art. 52, inciso II, do Regimento Interno dessa casa, cujo fim está acima delineado.

Houve sua regular propositura com a justificativa respectiva(fls. 01/02).

Há apontamentos do Relator, Felipe Alves, na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sendo favorável a aprovação da matéria(fls.07).

A Procuradoria da Casa, em parecer ofertado às fls. 11/12, entende que o Projeto padece inconstitucionalidade, por entender que a matéria não é afeita a competência do Município.

Após isso, na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o vereador Felipe Alves reitera o parecer favorável(fls. 13), enquanto a vereadora Nina Souza, segue a linha perfilada pela Procuradoria e opina contrariamente a admissibilidade da matéria(fls 15).

A linha contrária a admissibilidade do Projeto, foi seguida pela maioria dos membros da comissão acima descrita(fls. 16).

A discussão na Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, teve parecer favorável do Relator(fls. 22), Vereador Fernando Lucena, sendo este seguido pelos demais membros(fls. 23).

Após isso, me foi designada a Relatoria da matéria, perante a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Eis o Relatório. Passo ao opinamento.

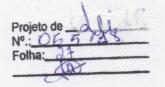


ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

GABINETE DA VEREADORA CARLA DICKSON



Na seara de mérito o projeto tem uma finalidade extremamente benéfica à população abrangida, pois se trata de destinação correta de descarte de medicamentos, o que vem a beneficiar o meio ambiente e a saúde da população.

Entendo que os empresários/comerciantes, proprietários das farmácias, tem que dar sua contribuição a esse problema que assola a nossa população, onde estes, ao lado do poder público, possa atingir o fim visado pela Lei.

O Poder Público não pode agir sozinho. Saúde e proteção ao meio ambiente é obrigação de todos.

Nesse cotejo, opino FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n.º 065/2018, devendo o mesmo seguir suas fases ulteriores, até a deliberação do plenário dessa Casa.

Outrossim, concluo que a eventual inconstitucionalidade do mesmo, reconhecida na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, deverá ser deliberada pelo Plenário, com a participação de todos os Edis.

EREADORA

Natal-RN, 06 de Dezembro de 2019.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL PALÁCIO PADRE MIGUELINHO



DESPACHO Designo o(a) vereador(a) 65 e seguintes e artigo143 e Natal, emitir parecer a prese Natal,RN////	e seguintes do Regimen ente proposição legislativ	to Interno da	ra nos termos do artigo Câmara Municipal de	
	Ver. Fernando Luce Presidente	ena		
PARECER DA COMISSÃ	O DE SAÚDE, PREVID	ÊNCIA E ASS	SISTÊNCIA SOCIAL	
(X)PROJETO DE LEI (() EMENDA À L.O.M. ()VETO ()PI	CRETO LEGI ROJETO DE L MENDA	SLATIVO EI COMPLEMENTAR	
N° 065/18 .				
	Autor:	Vereador(a)	Dinarte Tornes.	
	Relato	r: Vereador(a)	larla Dieksen.	
VOTO DO RELATOR:	avorièvel c		7	
Sala das Con	nissões, em <u>02</u> de <u>M</u>	argo_	de 2019.	
At)		1.	
Vereador Fernando Lucena Vereador Gícero Martins				
Presidente Vic			residente	
(Favorável ao Parecer (Favorável ao Parecer			ável ao Parecer	
			ário ao Parecer	
() Abstenção		() Abste	nção	
Vereadora Carla Dickson	Vereador Franklin Ca	apistrano	Vereador Preto Aquino	
Membro	Membro		Membro	
Favorável ao Parecer	\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \		(*) Favorável ao Parecer	
) Contrário ao Parecer () Contrário ao Parecer			() Contrário ao Parecer	
) Abstenção () Abstenção			() Abstenção	

CMNat - Projeto de Lai Número. 65 / V Folha. 29 fb

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE, TRANSPORTES, HABITAÇÃO, LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E ASSUNTOS METROPOLITANOS

Designo o vereador (a)

Para emitir parecer no prazo regimental de 15 (quinze) dias Em, 27 1 2020

7 / 1

Ver. Ney Lopes Jr. Presidente